



60  
DL

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0027452-32.2003.8.17.0001 (308005-3)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO RECIFE  
PROCURADOR : LORENA COELHO GANTOIS MASSA  
AGRAVADO : DROGARIA NACIONAL LTDA  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO VIRTUAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. MORA IMPUTÁVEL À FAZENDA PÚBLICA. PARCELAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO PRESCRITO. IMPOSSIBILIDADE.

I - Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

II - Se, entre a data da distribuição eletrônica e do efetivo envio do processo físico à Vara competente, for observado o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 174 do CTN, sem que haja, durante este Interregno de tempo, qualquer notícia de citação válida do executado ou de alguma providência que a Fazenda exequente tenha tomado para tal intento, deve-se reconhecer a prescrição do crédito tributário reclamado.

III - Nas execuções fiscais, ocorrida a prescrição antes da devida materialização do feito, incide a regra encartada no art. 219, § 5º, do CPC, sem a necessidade de oitiva prévia da Fazenda Pública exequente de que trata o art. 40, da Lei 6.830/80.

IV - Sendo a mora na citação do executado imputável à Fazenda exequente, não há falar em incidência da Súmula 106 do STJ.

V - Agravo Legal desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 8 de outubro de 2013.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0027452-32.2003.8.17.0001 (308005-3)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO RECIFE  
PROCURADOR : LORENA COELHO GANTOIS MASSA  
AGRAVADO : DROGARIA NACIONAL LTDA  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de Agravo Legal interposto pelo Município do Recife em combate à decisão monocrática que, com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Ritos, negou seguimento ao recurso de Apelação nº 308005-3

2. O Magistrado de piso, nos autos da Execução Fiscal nº 1.2003.027452-5, decretou de ofício a prescrição do crédito tributário relativo a Taxas Mercantis.


3. Irresignado, o Município do Recife apresentou Apelo voluntário, que teve seu seguimento negado por decisão monocrática, proferida com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil (cf. fls. 32/34).

4. Em consequência, a Municipalidade ingressou com o presente Agravo Legal, com o desiderato de que a matéria seja apreciada por órgão fracionário integrante desta col. Corte de Justiça.

Em síntese, sustenta o Município Agravante que: i) não é possível a decretação de ofício da prescrição sem a prévia oitiva da Fazenda Pública; ii) houve a suspensão do prazo prescricional, nos termos do art. 2º, §3º da Lei nº 6.830/80; e iii) sendo dado o efetivo cumprimento ao princípio da provocação, cabe ao Poder Judiciário - dentro de suas possibilidades - o cumprimento do impulso processual (art. 262 do CPC c/c Súmula 106 do STJ).

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 8 de outubro de 2013.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



62  
R

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0027452-32.2003.8.17.0001 (308005-3)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO RECIFE  
PROCURADOR : LORENA COELHO GANTOIS MASSA  
AGRAVADO : DROGARIA NACIONAL LTDA  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO VIRTUAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. MORA IMPUTÁVEL À FAZENDA PÚBLICA. PARCELAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO PRESCRITO. IMPOSSIBILIDADE.

I - Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

II - Se, entre a data da distribuição eletrônica e do efetivo envio do processo físico à Vara competente, for observado o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 174 do CTN, sem que haja, durante este interregno de tempo, qualquer notícia de citação válida do executado ou de alguma providência que a Fazenda exequente tenha tomado para tal intento, deve-se reconhecer a prescrição do crédito tributário reclamado.

III - Nas execuções fiscais, ocorrida a prescrição antes da devida materialização do feito, incide a regra encartada no art. 219, § 5º, do CPC, sem a necessidade de oitiva prévia da Fazenda Pública exequente de que trata o art. 40, da Lei 6.830/80.

IV - Sendo a mora na citação do executado imputável à Fazenda exequente, não há falar em incidência da Súmula 106 do STJ.

VI - Agravo Legal desprovido.

Vistos e examinados etc.

1. Não obstante os argumentos coligidos pelo Município Agravante, entendo que a decisão recorrida deve ser mantida em todos os seus termos, uma vez que esta encontra-se em plena consonância com a remansosa jurisprudência desta eg. Corte de Justiça Estadual.

2. Registre-se, de início, que o crédito tributário, *in casu*, foi constituído, através de lançamento de ofício, nos exercícios de 1998, 1999 e 2000, e a ação iniciada virtualmente no ano de 2003.

3. Ocorre que, nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



63  
R

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

Ou seja, ao Município exequente (e principal interessado no feito) cabe, após realizar a distribuição eletrônica e expedir o mandado de citação, imprimir as peças processuais e enviar os autos "físicos" à vara competente.

4. Na hipótese dos presentes autos, verifica-se que, apesar de distribuído em 2003, a Fazenda Municipal apenas enviou o processo físico à Vara competente em agosto de 2008 (cf. certidão de fl. 05).

Não havendo neste interregno de tempo, qualquer notícia de citação válida do executado ou de alguma providência que a Fazenda exequente tenha tomado para tal intento, quando de posse dos autos na forma virtual, sendo evidente sua desídia em ver seu crédito tributário satisfeito.

5. Neste caso, em que a prescrição em verdade ocorreu antes da devida materialização do feito, incide a regra encartada no art. 219, § 5º, do CPC, sem a necessidade de oitiva prévia da Fazenda Pública exequente de que trata o art. 40, da Lei 6.830/80.

Neste sentido, tenho por aplicável, por identidade de fundamento, o seguinte precedente do STJ:

*TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PRESCRIÇÃO. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. VIABILIDADE.*

*1. Em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício, com base no art. 219, § 5º do CPC (redação da Lei 11.051/04), independentemente da prévia ouvida da Fazenda Pública. O regime do § 4º do art. 40 da Lei 6.830/80, que exige essa providência prévia, somente se aplica às hipóteses de prescrição intercorrente nele indicadas. Precedentes de ambas as Turmas da 1ª Seção.*

*2. Recurso especial desprovido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.*

(STJ, REsp 1.100.156/RJ, rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 18.06.2009).

Ademais, esta col. Corte de Justiça Estadual também tem encartado o mesmo posicionamento, consoante o julgamento da Apelação Cível n. 0269323-6, de relatoria do e. Des. Francisco Bandeira de Mello.

6. Deveras, antes do advento da LC 118/2005, a interrupção da prescrição dava-se com a citação válida do devedor.

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



64

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

Todavia, a diretriz jurisprudencial encartada na Súmula 106 do STJ na prática levava a que se considerasse o ato em si da distribuição da ação como marco interruptivo do prazo prescricional, desde que a demora na citação não fosse imputável ao credor.

Neste caso, como visto, a demora para com a citação é imputável ao credor exequente. Logo, impende concluir que o prazo prescricional continuou a fluir, à conta do exequente, até a materialização dos autos, em 2008, quando já se havia ultimado a prescrição do crédito tributário objeto desta execução.

8. Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo Legal, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto.

Recife, 8 de outubro de 2013.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator